



Entrevista

Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil. Geração hidrelétrica: potencial com os dias contatos.



Projeções colocam o ano de 2030 como limite para o esgotamento do potencial hidrelétrico do país. Dos 250 GW estimados, Brasil só poderá aproveitar entre 100 GW e 150 GW. Isso

abre espaço para moldar a matriz elétrica com maior presença de térmicas, eólica, solar e nuclear

[Leia Mais »](#)

Compartilhe: [f](#) [t](#) [in](#) [g+](#) [✉](#)

Por Júlio Santos

A matriz elétrica brasileira está em estado de alerta. As projeções do próprio governo já apontam para o esgotamento do potencial hidrelétrico do país para 2030, ou seja, daqui a 15 anos apenas. E o pior: do potencial estimado em 250 GW, somente uma fatia entre 100 GW e 150 GW têm mais viabilidade para sair do papel. E para que isso aconteça é preciso fazer a lição de casa.

“É importante tornar este processo de construção de hidrelétricas mais eficiente e menos vulnerável aos riscos”, aponta [Claudio Sales](#), presidente do [Instituto Acende Brasil](#), que nos dias 19 e 20 de agosto promoverá, em São Paulo, o Brasil Energy Frontiers 2015, evento que visa levantar uma visão de futuro para o setor elétrico.

Um dos temas do evento é justamente “Política energética: expansão da geração na era pós-hidrelétrica”. Embora a geração hidrelétrica tenha o domínio predominante na matriz elétrica brasileira, o esgotamento do potencial hídrico vai abrir espaço para maior participação das termelétricas, da eólica, da solar, da biomassa e até da nuclear.

Só que, como diz [Sales](#), não podemos perder mais tempo, pois quando se fala de energia e de planejamento energético, 2030 está muito próximo. Confira a entrevista:

PWB - O próprio governo já faz projeções sobre o esgotamento do potencial hidrelétrico do país para 2030. Como o senhor analisa esta questão?

CS - Este é um momento preocupante para a geração hídrica porque não vi esta questão sendo tratada devidamente ainda. Quando se fala de energia e de planejamento energético, 2030 está muito próximo. O Brasil conta hoje com uma matriz elétrica predominantemente renovável, tendo na hidreletricidade um ativo espetacular. Ainda existe um potencial muito grande de novas usinas a serem construídas, mas temos ainda muito dever de casa para fazer a fim de aproveitar isso, o que já foi feito pela maioria dos países da Europa e da América do Norte.

PWB - O que tem acontecido com a geração hidrelétrica, que aos poucos vem perdendo participação na matriz?

CS - A realidade mostra que o país não tem tido sucesso na construção de projetos hidrelétricos no ritmo que seria desejado, pois existem muitas situações conflitantes. O ritmo de aproveitamento do potencial hídrico tem sido muito pequeno. O processo de obtenção das licenças prévias capitaneado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as dificuldades crescentes ao longo do licenciamento ambiental e a insegurança jurídicas criam barreiras para a expansão das hidrelétricas.

PWB - O que é preciso fazer para superar isso?

CS - É importante tornar este processo mais eficiente e menos vulnerável aos riscos. Os exemplos recentes são muitos, como a construção das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira; Belo Monte, no rio Xingu; e agora Tapajós, todos projetos localizados na região amazônica. Estes projetos mostram também que o foco recente do governo está na promoção de grandes empreendimentos, chamados estruturantes, deixando de lado inúmeros projetos de médio porte que seriam importantes. Na prática, nos últimos anos, muito poucas hidrelétricas têm entrado nos leilões, embora exista espaço para construir um volume maior.

PWB - Estima-se que o Brasil ainda tenha um potencial de 260 GW a serem explorados. Até 2030, dá para aproveitar isso tudo?

CS - Deste potencial que ainda falta, estima-se que uns 100 GW estejam na região amazônica, sendo que 50 GW estão em áreas indígenas ou em áreas de conservação ambiental. Ou seja, são regiões onde hoje não é possível construir usinas pelas questões ambientais e indígenas envolvidas. Para explorar o potencial que resta, muita coisa precisa ser feita, e logo, pois precisamos olhar para a frente de forma urgente.

PWB - Neste cenário de esgotamento inevitável da geração hidrelétrica, o que visualizar de tendência para a matriz elétrica brasileira?

CS - A matriz terá que contar com fontes tradicionais como as termelétricas movidas a combustíveis fósseis, sobretudo, gás natural e carvão, além da geração nuclear e das fontes alternativas eólica, biomassa e solar. A nossa matriz elétrica é predominantemente renovável. A contribuição térmica é relativamente pequena. Na maior parte do mundo, a produção de energia é a principal causa das emissões que provocam o efeito estufa. No Brasil, isso não acontece. O setor elétrico contribui com menos de 5% das emissões. Ou seja, o país pode pensar em ter uma complementação térmica razoável. Com a redução da capacidade de armazenamento, esta base térmica vai representar mais segurança para o atendimento da demanda.

PWB - Qual será, então, o espaço para as outras fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa, que ainda têm uma participação muito pequena em nossa matriz elétrica?

CS - Na comparação com os países da Europa, o Brasil tem um excelente potencial para geração solar. Vejo o caminho da sua expansão na forma de geração distribuída, o que pode representar no futuro um crescimento vertiginoso à medida que os aspectos econômicos, tributários e de financiamento sejam equacionados. A eólica vem avançando, já representando hoje cerca de 5% da matriz. No caso da biomassa, a fonte ainda tem sido pouco explorada por causa da política errática em relação ao etanol. À medida que isso seja resolvido, existe muito espaço para sua expansão. A geração de biomassa a partir de florestas plantadas é outro caminho.

A matriz elétrica brasileira está em estado de alerta. As projeções do próprio governo já apontam para o esgotamento do potencial hidrelétrico do país para 2030, ou seja, daqui a 15 anos apenas. E o pior: do potencial estimado em 250 GW, somente uma fatia entre 100 GW e 150 GW têm mais viabilidade para sair do papel. E para que isso aconteça é preciso fazer a lição de casa.

“É importante tornar este processo de construção de hidrelétricas mais eficiente e menos vulnerável aos riscos”, aponta **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, que nos dias 19 e 20 de agosto promoverá, em São Paulo, o Brasil Energy Frontiers 2015, evento que visa levantar uma visão de futuro para o setor elétrico.

Um dos temas do evento é justamente “Política energética: expansão da geração na era pós-hidrelétrica”. Embora a geração hidrelétrica tenha o domínio predominante na matriz elétrica brasileira, o esgotamento do potencial hídrico vai abrir espaço para maior participação das termelétricas, da eólica, da solar, da biomassa e até da nuclear.

Só que, como diz **Sales**, não podemos perder mais tempo, pois quando se fala de energia e de planejamento energético, 2030 está muito próximo. Confira a entrevista:

PWB - O próprio governo já faz projeções sobre o esgotamento do potencial hidrelétrico do país para 2030. Como o senhor analisa esta questão?

CS - Este é um momento preocupante para a geração hídrica porque não vi esta questão sendo tratada devidamente ainda. Quando se fala de energia e de planejamento energético, 2030 está muito próximo. O Brasil conta hoje com uma matriz elétrica predominantemente renovável, tendo na hidreletricidade um ativo espetacular. Ainda existe um potencial muito grande de novas usinas a serem construídas, mas temos ainda muito dever de casa para fazer a fim de aproveitar isso, o que já foi feito pela maioria dos países da Europa e da América do Norte.

PWB - O que tem acontecido com a geração hidrelétrica, que aos poucos vem perdendo participação na matriz?

CS - A realidade mostra que o país não tem tido sucesso na construção de projetos hidrelétricos no ritmo que seria desejado, pois existem muitas situações conflitantes. O ritmo de aproveitamento do potencial hídrico tem sido muito pequeno. O processo de obtenção das licenças prévias capitaneado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as dificuldades crescentes ao longo do licenciamento ambiental e a insegurança jurídicas criam barreiras para a expansão das hidrelétricas.

PWB - O que é preciso fazer para superar isso?

CS - É importante tornar este processo mais eficiente e menos vulnerável aos riscos. Os exemplos recentes são muitos, como a construção das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira; Belo Monte, no rio Xingu; e agora Tapajós, todos projetos localizados na região amazônica. Estes projetos mostram também que o foco recente do governo está na promoção de grandes empreendimentos, chamados estruturantes, deixando de lado inúmeros projetos de médio porte que seriam importantes. Na prática, nos últimos anos, muito poucas hidrelétricas têm entrado nos leilões, embora exista espaço para construir um volume maior.

PWB - Estima-se que o Brasil ainda tenha um potencial de 260 GW a serem explorados. Até 2030, dá para aproveitar isso tudo?

CS - Deste potencial que ainda falta, estima-se que uns 100 GW estejam na região amazônica, sendo que 50 GW estão em áreas indígenas ou em áreas de conservação ambiental. Ou seja, são regiões onde hoje não é possível construir usinas pelas questões ambientais e indígenas envolvidas. Para explorar o potencial que resta, muita coisa precisa ser feita, e logo, pois precisamos olhar para a frente de forma urgente.

PWB - Neste cenário de esgotamento inevitável da geração hidrelétrica, o que visualizar de tendência para a matriz elétrica brasileira?

CS - A matriz terá que contar com fontes tradicionais como as termelétricas movidas a combustíveis fósseis, sobretudo, gás natural e carvão, além da geração nuclear e das fontes alternativas eólica, biomassa e solar. A nossa matriz elétrica é predominantemente renovável. A contribuição térmica é relativamente pequena. Na maior parte do mundo, a produção de energia é a principal causa das emissões que provocam o efeito estufa. No Brasil, isso não acontece. O setor elétrico contribui com menos de 5% das emissões. Ou seja, o país pode pensar em ter uma complementação térmica razoável. Com a redução da capacidade de armazenamento, esta base térmica vai representar mais segurança para o atendimento da demanda.

PWB - Qual será, então, o espaço para as outras fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa, que ainda têm uma participação muito pequena em nossa matriz elétrica?

CS - Na comparação com os países da Europa, o Brasil tem um excelente potencial para geração solar. Vejo o caminho da sua expansão na forma de geração distribuída, o que pode representar no futuro um crescimento vertiginoso à medida que os aspectos econômicos, tributários e de financiamento sejam equacionados. A eólica vem avançando, já representando hoje cerca de 5% da matriz. No caso da biomassa, a fonte ainda tem sido pouco explorada por causa da política errática em relação ao etanol. À medida que isso seja resolvido, existe muito espaço para sua expansão. A geração de biomassa a partir de florestas plantadas é outro caminho.

PWB - O senhor apontou também na direção da nuclear para compor mais fortemente a nossa matriz na era pós-hidroeletricidade. Quais são as barreiras para este tipo de energia aqui?

CS - Hoje temos um empecilho enorme para que se tenha o desenvolvimento adequado da geração nuclear, que é a restrição na Constituição do país à participação da iniciativa privada neste segmento. Aqui existe o monopólio absoluto da União em todos os aspectos ligados à energia nuclear, ficando todo o ciclo do seu desenvolvimento nas mãos do governo, incluindo construção, operação e comercialização da energia. O resultado pode ser medido pela ineficiência da construção do parque nuclear brasileiro, que levou 40 anos para instalar duas usinas – Angra 1 e Angra 2 – e ter uma terceira em construção – Angra 3, esta sempre associada a atrasos e a aumentos de custos do projeto. São apenas 3.350 MW de nucleares.

PWB - O que fazer, então, para mudar isso?

CS - Se o esgotamento da geração hidrelétrica vai acontecer em 2030, então temos logo que pensar em mudar esta situação. Quando se fala em construção de usinas nucleares, o prazo de 15 anos é muito pequeno. A discussão no Congresso, seja ela capitaneada pelos parlamentares ou pelo governo, está mais do que na hora de acontecer. Mantendo a restrição que está na Constituição, a geração nuclear não vai avançar no país. Se isso acontecer, teríamos o mundo inteiro voltado para cá, criando competição para avançar em busca do modelo mais adequado.